

THE  
NASCOT

---

# DIARY JOURNAL

---



"Eu sou nacionalista, sempre fui nacionalista, ia assistir às conferências do

Gondim da Fonseca... estou amargurado com os dez milhões de dólares por dia que o país gasta com a importação de petróleo".

## UEKI VAI E VOLTA VAI E VOLTA VAI E VOLTA ...

Naquela noite, diz alguém que o viu, o ministro estava tenso. Assim mesmo, Shigeaki Ueki despetou às cinco da manhã, como de hábito, e às sete já estava no Ministério. Os diários de grande circulação do Rio e São Paulo ainda não haviam chegado, mas o resumo do que eles diriam, preparado pelo Serviço Nacional de Informações, já tinha sido entregue. E também o *Correio Brasiliense*, que dizia em manchete: "Ueki não temer ser chamado de entreguista".

Minutos depois Ueki redigiu, e mandou distribuí-la à imprensa. Ao fim das 14 linhas, a nota dizia: "O governo não estuda nem cogita modificar a Política Nacional do Petróleo..."

As oito Ueki embarcou para São Paulo. Quando desceu em Congonhas e os jornalistas se aproximaram, Ueki parecia irritado. Sécamente, ele pediu "que fosse encerrado o debate", sobre os chamados contratos de risco, para a exploração de petróleo no Brasil por empresas estrangeiras. O próprio Ueki, menos de 15 horas antes, fizera um dramático apelo a membros da Comissão

parece ter sido tomada apenas após a fase aguda da crise, por volta de fevereiro de 1974. A quadruplicação dos preços do petróleo, dramatizou o erro de avaliação feito pela alta direção da Petrobrás no início dos anos 70, quando deu prioridade às atividades da empresa no exterior, tanto na comercialização de petróleo, como até mesmo em pesquisas contratadas em outros países. Ao mesmo tempo, no período que vai de 1969 a 1974, os investimentos da Petrobrás em pesquisa e exploração de petróleo dentro do país, caíram de 37% de seus investimentos totais, para apenas 27%.

Ueki lançou a ideia dos "contratos de serviço com risco", como ele a chamou inicialmente, com muito cuidado. É conhecida a resistência a qualquer alteração no monopólio estatal sobre o petróleo dentro das forças armadas, que estiveram engajadas intensamente na campanha do "o petróleo é nosso", que levou à criação da Petrobrás em 1953. Nas primeiras declarações, Ueki insistia, inclusive, em dizer exatamente o contrário do que seria o seu objetivo: "O governo não tem a intenção de permitir a participação de empresas estrangeiras na pesquisa e lavra do petróleo no Brasil". E aos poucos, ele ia agregando: "Mas se amanhã houver necessidade, sem ferir a lei do monopólio, poderemos estudar o assunto".

Ao mesmo tempo, ele mantinha tão vago quanto possível o conceito de "contrato de risco", mas insistiu sempre que eles nada tinham a ver com as "concessões tradicionais", onde "até a língua do país de origem virava língua oficial", como ele lembrou-se de dizer no encontro com os jornalistas de economia em São Paulo.

Os jornais de grande circulação do Rio e São Paulo, em especial *"O Estado de S. Paulo"*, *"O Jornal do Brasil"* e *"O Globo"*, entravam logo em cena, como caixas de ressonância às continuadas declarações de Ueki. Em geral reproduzindo com destaque suas idas e vindas verbais, mas muitas vezes tomando a iniciativa de provo-

car mesmo o debate — até então um mero monólogo. Sabe-se que pelo menos um desses jornais, *"O Estado de S. Paulo"*, recebeu do próprio Ueki a sugestão para que debatesse a questão dos contratos de risco em suas páginas.

Em outubro, após quatro meses de lento preparo da opinião pública, Ueki deu o primeiro salto significativo de sua pregação, ao admitir, perante alunos da Universidade de Brasília, que "há um forte corrente de opinião (dentro do governo) favorável aos contratos de risco". Mas não disse quem seria. Hoje sabe-se, porque já o admitiu publicamente, que o Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, também apoiava a entrada do capital estrangeiro na exploração do petróleo brasileiro. E dentro da Petrobrás é tida como certa a adesão a essa tese do presidente da empresa, General Araken de Oliveira, que no entanto tem assumido uma postura mais discreta, procurando refletir muito mais a média das opiniões da própria empresa, contrária aos contratos de risco. Mas Araken procura manter o assunto petróleo em foco, dando também declarações e conferências frequentes, atuando como uma espécie de contraponto de Ueki.

empresas teriam preferência na compra do petróleo excedente "caso haja excedente para a exportação". Era a reprodução, 23 anos depois, da famosa emenda do senador Ismar de Góes ao projeto do monopólio estatal que permitia "à Petrobrás contratar com empresas especializadas de reconhecida idoneidade... perurações extração e outros empreendimentos, inclusive mediante a participação nos produtos da exploração de modo a assegurar a compreensão dos riscos... satisfeitas as necessidades de consumo — emenda rejeitada pelo Congresso em 1953 exatamente porque violava o monopólio. No dia 15 de maio, três dias depois de publicada a entrevista no *Jornal do Brasil* Ueki tinha um encontro com senadores da Comissão de Minas para discutir problemas gerais de sua pasta. No mesmo dia o Senado discutiu a entrevista de Ueki no *Jornal do Brasil*, e apenas o senador Luiz Cabalcanti já engajado há seis meses em campanha dentro do Senado



de Minas e Energia do Senado, para que se desencadearse "um amplo debate sobre os contratos de risco envolvendo o Congresso, o governo e a imprensa". Apelo que ele havia reforçado pessoalmente aos jornalistas naquela ocasião: "Vocês viram que eu conclamei também a imprensa".

Ao pedir aos jornalistas que esquecessem seu próprio apelo do dia anterior, Ueki dava o maior recuo, dos muitos que caracterizaram sua campanha em torno dos contratos de risco, lançada no dia 27 de junho do ano passado, durante um encontro com a Comissão de Minas e Energia da Câmara, e repetido no dia seguinte a jornalistas de economia em São Paulo.

As vésperas da crise do petróleo as multinacionais já haviam colocado suas propostas na mesa

A primeira confirmação oficial de que as multinacionais do petróleo haviam apresentado propostas concretas para a exploração de petróleo em território nacional foi feita pelo Diretor de Exploração da Petrobrás, Haroldo da Silva Ramos, no dia 1º de junho de 1973, durante um almoço na Associação Brasileira de Analistas de Mercado, no Rio de Janeiro: "A Petrobrás tem recebido muitas propostas de firmas estrangeiras que desejam obter concessões para exploração da plataforma submarina", disse Silva Ramos. Mas a decisão, em princípio, de levar essas propostas a sério,



O grande salto, seguido de mais um recuo

A história do último e dramático recuo de Ueki começou com uma entrevista publicada pelo *Jornal do Brasil* na segunda-feira, dia 12, onde pela primeira vez, ele admitiu que o governo poderia rever sua política de exploração do petróleo: "Nesse caso, consultados os nossos especialistas, o Congresso Nacional, a opinião pública e a imprensa, não vemos porque não lançar mão de recursos da iniciativa privada, mesmo estrangeira", disse Ueki. Ao mesmo tempo, ele avançou uma definição preliminar dos contratos de risco. As empresas estrangeiras explorariam áreas a serem fixadas pela Petrobrás mediante uma remuneração no caso de serem positivos os resultados" e perdendo o investimento em caso contrário. As



pelos contratos de risco defendeu a posição de Ueki. O senador Virgílio Távora, ficou em plenário exatamente para colocar a posição do governo: "o governo considera que os atuais contratos sem risco, que a Petrobrás faz com as diferentes firmas estrangeiras para pesquisas, como diremos assim, sub-empresadas dela, não ferem o monopólio estatal... Como ninguém estava discutindo "as atuais sub-empresadas", ficou no ar uma certa dúvida.

Virgílio Távora retirou-se logo em seguida para pegar o final do encontro com Ueki, e foi em silêncio absoluto, como os outros senadores, que ouviu o ministro, tomando de entusiasmo, defender, pela primeira vez abertamente os contratos de risco. "Eu sou nacionalista, sempre fui nacionalista, ia assistir as entrevistas do Gondim da Fonseca, justificava-se Ueki repetidamente (Ueki tinha 12 anos quando começou a campanha do petróleo e 18 quando ela terminou). "Estou amargurado com os 10 bilhões de dólares por dia que o país gasta na importação de petróleo..."

A reunião se dissolveu no começo da noite. Alguns líderes da Arena, segundo informou um assessor ligado a Ueki, foram procurar o General Golbery, ainda em repouso numa clínica, após uma operação na vista. Golbery já estava sob fogo serrado de meios militares, por sua proclamada "política de distensão", e não se esqueciam de lembrar seus críticos, de sua antiga ligação com a Dow Chemical. A partir daquela noite / Movimento, dia 7 de julho, em todas as bancas, 28 páginas, 5 cruzeiros / Movimento

Chico Pinto

## O MINISTRO QUER UM DEBATE. O MINISTRO NÃO QUER MAIS DEBATER.

O debate é sempre salutar. O difícil é compatibilizar a discussão com o regime.

Há um pressuposto básico para o debate, a existência de liberdade.

O ministro Shigeaki Ueki defendeu a celebração de "contratos de risco" entre a Petrobrás e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo em território nacional — riscos evitados para a empresa estatal, dizem os que se lhes opõem.

A tese não surpreende porque não é nova. Já foi tentada no governo Castelo Branco. Houve reação violenta da opinião pública. No ano passado o próprio ministro Ueki, descontraidamente, voltou a sugerir a uma comissão técnica do Congresso. Foi contestado com veemência pelo ex-deputado Freitas Diniz, do Maranhão. Outras áreas reagiram e houve novo recuo. Nas investidas dos inimigos do monopólio estatal nem sempre os ataques são desfechados de frente. As vezes são pelos flancos, disfarçados e matreiros. A tática é minar as resistências, até cansar os defensores da Petrobrás. Guerra de fustigação. Agora mesmo o ministro avança e recua, sentindo que não era a hora do confronto. Isso não significa que desistiu.

Na verdade a Petrobrás não tem necessidade de aliar-se correndo riscos para pesquisar petróleo. Teve recursos para pesquisá-lo fora do país. Os lucros de Petrobrás aumentam sempre e não sendo uma empresa privada não precisa amalhar. Teve um lucro disponível em 1973, de 2,17 bilhões de cruzeiros, com uma receita operacional de 11,2 bilhões. No ano passado esse lucro atingiu 4,66 bilhões com uma renda operacional de 27,9 bilhões de cruzeiros.

Estamos diante de um fato grave. O ministro se expõe, sem ressaltar que sua atitude era distante da posição do governo, a este comprometeu. Queira ou não queira. O que dele esperavam os congressistas e o que dele reclamava a Nação, eram o pensamento, os planos do governo. Suas opiniões pessoais, por mais respeitáveis que sejam, são irrelevantes. Ideias de ministros são discutidas em reuniões ministeriais. Ele pode ser voto vencido, mas isso precisa ficar bem claro. A dubiedade não pode ser tolerada.. Ele é quem fala pelo governo em assuntos referentes à sua pasta, e em seu nome se pronunciava.

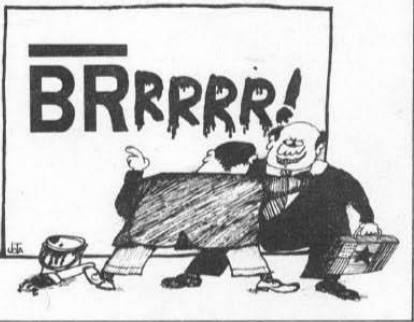
O comportamento do ministro só se entende como uma tentativa, tática, para sentir a reação de determinadas áreas e verificar se continuam de prontidão. Um balão de ensaio em nome do executivo. Avançaria ou recuará depois do teste.

Não se pode admitir que tenha havido erro de cálculo ou que a "análise da situação" foi falha. O governo sabe como aferir isso, mas essa aferição precisa, às vezes, ser testada na prática, fora do laboratório.

Os inimigos do monopólio estatal do petróleo não são ingênuos. Identificam-se facilmente, uns; outros são ocultos. É alentador saber que, paradoxalmente, existem também, no caso da Petrobrás, amigos ocultos, ou forças ocultas atuando para ajudá-la e defendê-la.

Ninguém é inocente para acreditar que as reações páldas irrompidas no Congresso e as que se levantaram em setores da opinião pública seriam suficientes para fazer o inimigo retroceder. As tentativas esboçadas pelos adversários do monopólio estatal tem se frustrado sempre porque as forças que o defendem se mostram atentas.

O Ministro de Minas e Energia era um técnico da Petrobrás, desconhecido do grande Movimento dia 7 de julho, em todas as bancas, 28 páginas, Cr\$ 5,00



## GENTE BRASILEIRA

“Uma vez um cara estava com uma garrafa de gasolina no ramal de Campo Grande e disse que se o trem atrasasse ele tocava fogo. O trem atrasou. Ele conseguiu queimar três composições”. (Cigarrinho)

# MINHA VIDA COM A CENTRAL DO BRASIL



O povo começa a chegar lá pelas cinco e meia da tarde. Das seis em diante uma multidão lota a estação ferroviária D. Pedro II, no centro do Rio de Janeiro. No meio do povo, Edmilson, conhecido por “Cigarrinho”, contínuo de um jornal carioca. Fazendo as contas, Cigarrinho gastou bem um sexto de sua vida adulta viajando ou tentando viajar pelos trens da Central. São quatro a cinco horas por dia, todos os dias de trabalho, entre sua casa, no subúrbio de Queimados, e a D. Pedro II, contando ida e volta. Trabalho fácil, o de contínuo, e que só paga salário mínimo, mais a hora extra. O difícil é chegar lá pelo trem da Central e, principalmente, voltar para casa são e salvo e em hora decente.

O trem já está atrasado dez minutos — como de hábito. “Esse trem está fazendo o horário de dois. As vezes um trem faz o horário até de três composições. E por isso que sai super-lotado. Os trens enguiam demais, quebram muito porque a composição já rodou o dia inteiro e volta para o serviço do dia seguinte sem passar pelas oficinas, sem revisão”, diz Cigarrinho. “Acho que é falta de estrutura”. Mal se consegue penetrar na plataforma, tal o aglomerado humano. Mesmo assim há rodinhas de jogo do palatinho debaixo de quase todos os focos de luz. Alguns jogam baralho. Os participantes ignoram solenemente a multidão à sua volta. Um cheiro azedo de urina invade o ambiente, vindo de uma parede circular no fim da plataforma, improvisada em mictório.

“Quando acordei estava sem sapatos, com os bolsos todos cortados de gilete”.

De repente uma vibração percorre a plataforma de ponta a ponta. Cada um agarra bem na sua sacola, na marmitta; apalpa mais uma vez a carteira de dinheiro. O trem está chegando. Cigarrinho viaja sempre com pouco dinheiro, pouco mesmo. “os trocados para um café”. Principalmente porque viaja muito fora de horário, devido ao plantão no jornal. Nessas ocasiões pega a composição vazia mas em compensação corre o risco de ser assaltado. “Um dia eu fiz a besteira de cochilar e quando acordei estava sem sapatos, com os bolsos todos cortados de gilete. “Sorte que só levava uns

trocados. Cai no golpe do balão apagado”.

Mal a composição completa o alinhamento com a plataforma, e as portas começam a abrir, dá-se o “estouro”, a luta da multidão por um lugar nos vagões. Os mais veteranos mergulham pelas janelas, num vale-tudo. “Só não vale cair, se cair é pisado”, diz Cigarrinho. Quem não consegue lugar dentro dos vagões vai fora mesmo pendurado. “Sua vida é valiosa, não viaje como pingente”. Na entrada de cada plataforma o enorme aviso luminoso, para que não digam que a direção da Central do Brasil é omissa em relação às frequentes tragédias de pingentes que despencam na linha, que são eletrocutados, que se aleijam. “Dizem que eles viajam pendurados por pura exibição, ou então por falta de educação, mas eu discordo”, diz Cigarrinho, “o pessoal que está a fim de brincadeira é uma minoria. De manhã, por exemplo, o sujeito tem que chegar na hora no serviço, mas o trem chega atrasado e lotado. Sabe como é, e o patrão não gosta de atraso, diz que a gente dormiu demais. O sujeito vai pendurado mesmo, de marmitta e tudo”.

A alternativa é ir de ônibus. Mas há quem não goste, inclusive Cigarrinho: “De ônibus são seis cruzeiros por dia para ir e voltar. De trem é só 1,20. Além disso muita gente chega perto do fim do mês meio duro e aqui na Central eles não ligam quando a gente não pode pagar”, diz Cigarrinho.

“A única ordem que os funcionários do guichê tem, é de não ajudar o pessoal a pular por cima da roleta, que isso também seria demais. Mas quem pular pulou, eles não se importam”. Teoricamente cabem 1800 passageiros em cada composição da Central. Mas as seis da tarde nos ramais mais concorridos, como o de Japeri ou do de Santa Cruz-Campo Grande, sempre cabem mais uns dois ou três mil. Boa parte desses trens foram construídos há 40 anos.

Eu acho que eles não tem interesse em melhorar, senão não gastavam tanto em transporte rodoviário”, diz Cigarrinho.

“O maquinista se manda, senão...apanha”

Os passageiros mais atrevidos, ou mais impacientes, preferem arrombar as cabi-

nes vazias de maquinista, em vez de viajar pendurados, quando o vagão está lotado. “Isso sim é fiscalizado com rigor pela Central”, diz Cigarrinho — “Há uns tempos atrás uns rapazes viajavam na cabine de maquinista e quando a composição chegou em Nova Iguaçu a polícia entrou no vagão. Deram ordem para todo o mundo botar mãos em cima da cabeça. Até pensei que estavam atrás de assaltantes. Eles prenderam foram os rapazes da cabine, inclusive três estudantes, de prancheta e tudo, e com uma violência incrível”.

O trem se aproxima de uma estação, as mulheres fecham as janelas apesar do calor intenso. “E por causa da peruca”, diz Cigarrinho. O roubo das perucas infere a vida das mulheres. Os ladrões de peruca ficam na beirada da plataforma e quando o trem passa, ou está para arrancar, enfiam as mãos pelas janelas e arrancam a peruca. Nem sempre as portas de composição se abrem quando o trem para na plataforma. O jeito é sair pela cabine de maquinista, quando dá.

“Uma vez três moças tentaram sair pela cabine, mas tinha uns caras que estavam lá e barraram elas. O pessoal de dentro do vagão não sabia de nada. Elas só saíram depois na outra estação com as roupas rasgadas e chorando. Os caras ameaçaram jogar elas na linha se gritassem. Tinha sido violentadas. Isso foi às quatro da tarde”, conta Cigarrinho.

No fim da linha, a estação arrebetada. As depredações de trens e de estações são frequentes e acontecem sempre por causa de atraso. “O trem fica parado e o pessoal só vendo os outros trens passarem para lá e para cá. Ninguém informa se vai demorar, se não vai, qual é o enguio”.

Ai o pessoal se irrita e começa a atirar pedras. O maquinista já deu no pé, porque toda vez que um trem enguiça a primeira coisa que o maquinista faz é se mandar, senão apanha”, diz Cigarrinho. “Depois arrebetam os bancos e as lâmpadas. Isso acontece sempre, os jornais não dão porque é proibido.” Uma das maiores depredações aconteceu no começo deste ano no ramal de Campo Grande. “Um cara que estava com uma garrafa de gasolina disse que se o trem atrasasse ele tocava fogo. O trem atrasou. Ele conseguiu queimar três composições”.

## UMA EQUIPE QUE VOCÊ PRATICAMENTE JÁ CONHECE (\*)

Ana Maria Bahiana (música)  
 Antonio Carlos Ferreira (editor-executivo)  
 Antonio Carlos de Brito (livros)  
 Antonio Mendes Junior (livros)  
 Aguinaldo Silva (polícia e literatura)  
 Bernardo Kucinski (editor especial)  
 Bernardo Lerer (política paulista)  
 Celina Whately (secretaria, Rio)  
 Chico Pinto (colunista, sucursal de Brasília)  
 Cássio Loredano (desenhista)  
 Chico Caruso (desenhista)  
 Carlos Nelson Coutinho (literatura)  
 Carlos Gentile de Melo (medicina)  
 Carlos Mossan (corresp., Rio Grande do Sul)  
 Dirceu Brisola (editor, contribuinte, nacional)  
 Elifas Andreao (editor de arte)  
 Flávio de Carvalho (editor internacional)  
 Flávio Aguiar (editor-assistente, cultura)  
 Fernando Peixoto (editor de cultura)  
 Fernando Henrique Cardoso (colab. nacional)  
 Francisco de Oliveira (editor contribuinte)  
 Francisco Welfort (colaborador, nacional)  
 Francisco Mesquita (ambiente)  
 Genilson Cezar (sucursal, Rio)  
 Gilberto Vasconcelos (livros)  
 Hamilton Almeida Filho (editor-assistente)  
 Hélio Pereira (repórter, Rio)  
 Heitor da Luz (livros)  
 Iolanda Hussak (fotografia, São Paulo)  
 Ivan Maurício (correspondente, Nordeste)  
 Jacqueline Tyssen (pesquisa)  
 Jefferson Barros (repórter, Rio Grande do Sul)  
 João Lizardo (colaborador, ciência)  
 J.M. Nunes Pereira (África)  
 José Zatz (ciência)  
 José Roberto de Alencar (consumo)  
 José Miguel Wisnik (editor-assistente, cultura)  
 Jean Claude Bernardet (cinema)  
 Jota (desenhista)  
 Jayme Leão (arte)  
 Leda Trindade (fotografia, Rio)  
 Lélito Fabiano dos Santos (corresp. B. Horizonte)  
 Luis Bernardes (repórter)  
 Luís Gê (desenhista)  
 Luis Roncari (livros)  
 Luis Trimano (desenhista)  
 Luís Pontual (correspondente, Salvador)  
 Marco Aurélio Nogueira (livros)  
 Marcus Penchel (editor-assistente, Rio)  
 Murilo de Carvalho (cena brasileira)  
 Maurício Azevedo (editor Contribuinte, Rio)  
 Marcos Gomes (editor da economia)  
 Moniz Bandeira (colaborador, nacional)  
 Maria Cecília Magalhães (chefe de Pesquisa)  
 Nelson Werneck Sodré (colaborador, nacional)  
 Paulo Vidal (livros)  
 Paulo Sérgio Pinheiro (livros, artes plásticas)  
 Percival de Souza (polícia)  
 Paulo Singer (colaborador, economia)  
 Paulo Caruso (desenhista)  
 Paulo Cezar (repórter, Brasília)  
 Paulo Esmantão (América Latina)  
 Raimundo Rodrigues Pereira (editor)  
 Ricardo Maranhão (pesquisa, história)  
 Ricardo Bueno (colaborador, economia)  
 Roberto Barbato (mapas e gráficos)  
 Rubem Grilo (desenhista)  
 Ronaldo Brito (artes plásticas, livros)  
 Ricardo Kotscho (editor-contribuinte, nacional)  
 Sérgio Buarcq (editor-assistente nacional)  
 Sérgio Pechman (livros)  
 Teodomiro Braga (editor-assistente, Brasília)  
 Valdir de Oliveira (produção)

\* A redação de Movimento é formada a partir dos 40 jornalistas que saíram, em fevereiro passado, do semanário Opinião.

## Movimento Um semanário de informação e análise preocupado com A CENA BRASILEIRA A GENTE BRASILEIRA

Movimento será impresso nas oficinas da PAT — Publicações e Assistência Técnica Ltda., rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros, São Paulo.  
 Redação: rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo.  
 Distribuição: Abril.

## AO LADO MATÉRIAS DE DUAS PÁGINAS DE UM NÚMERO EXPERIMENTAL DE MOVIMENTO

# NASCE UM JORNAL

Cada redator, cada colaborador de Movimento chegou ao jornal por seu caminho pessoal e na certa o vê como uma passagem: não sendo como um castelo, de pedra e argamassa, que se constrói para ser eterno, um jornal é talvez como uma viagem. Para mim, a viagem começa em 1968, o ano das agitações de maio na França, da invasão da Tchecoslováquia, da ofensiva do Tet no Vietnã do Sul e do Ato Institucional nº 5 e do fechamento do Congresso, no Brasil. Em 1968, no jornalismo brasileiro estava se fazendo a equipe da revista *Veja* e se desfazendo a equipe que fizera a revista *Realidade*. Graduado de física, quase graduado de engenharia, desgarrado da técnica e da ciência por vontade própria e de terceiros, começando no jornalismo, eu considerava a redação de *Realidade* o templo dos grandes repórteres, uma espécie de Olimpo da profissão. O fim da primeira equipe de *Realidade* se devia a um desses dilemas que sistematicamente chega a uma equipe que cria um jornal para uma empresa e que, com o passar do tempo, e com o sucesso da publicação, começa a acreditar que a publicação é dela, e não do dono. O resultado da crise foi que a equipe saiu, e o dono ficou.

**O ex-editor de texto escreveu então um magnífico editorial criticando duramente os empresários editores que se guiavam por interesses comerciais**

Em torno dessa equipe de *Realidade*, algum tempo depois se fundou a editora *Arte & Comunicação*, em São Paulo. Numa das primeiras publicações da A&C, Sérgio Souza, que fora o editor de texto de *Realidade* e que era um dos diretores da nova empresa, escreveu um magnífico editorial, criticando durante os editores que se guiavam por interesses comerciais e se propunha a objetivos nobres que entusiasmaram todos que estavam metidos no projeto.

Não parece, à primeira vista, eficiente contar a história de Movimento, um jornal a ser feito por uma empresa de jornalistas, a partir da aventura da A&C, uma empresa de jornalistas que foi a uma falência comercialmente pouco gloriosa em cerca de dois anos, com dívidas em torno de um ou dois pares de milhões de cruzeiros. Acredito, porém, que se aprende a fazer fazendo, e a lição da A&C é uma fonte de conhecimentos de valor inestimável. Em torno da ideia de fazer jornalismo independente, com todas as suas implicações, a A&C mobilizou uma grande soma de recursos humanos e materiais. Nas redações das publicações da editora - *Bondinho*, *Jornalivo* e *Grilo*, as principais - trabalharam em determinado período perto de 100 pessoas. O *Jornalivo* - livros impressos em papel jornal e

oferecidos até a 1 (um) cruzeiro - editou Monteiro Lobato, Machado de Assis, Dostoiévski, Mário de Andrade. Editou, mesmo na sua fase comercial mais infeliz, um impressionante documento sobre o Esquadrão da Morte, escrito por Percival de Souza, do *Jornal da Tarde*, um dos melhores repórteres policiais do país.

As grandes virtudes da A&C - seu caráter aberto, sua capacidade de atrair informados de todos os tipos, sua generosidade e sua inquietação criativa - foram, contudo, os mesmos ingredientes de sua derrota comercial. Minha visão é evidentemente parcial; eu vivi a experiência da A&C apenas como acionista interessado, como uma espécie de crítico externo, sem nunca entrar nela de fato. Para mim, as coisas na A&C aconteceram como se a certa altura a equipe tivesse passado a considerar que a experiência que estava vivendo era mais importante que o mundo externo à empresa. E o fim da experiência veio disso: se curtiu a vida interna da empresa mas ela estava metida no "mundo mau" das empresas, onde ou se tem lucro, ou se vai à falência - independentemente do valor da experiência interna.

A A&C esqueceu o jornalista de tipo classicamente político, talvez o que mais mobiliza esforços e boa vontade (má vontade também) em torno dele. Eurico Andrade, hoje em *Veja*, ex-repórter de *Realidade* (Eurico foi o homem que cuidou da campanha de promoção da candidatura do hoje senador Marcos Freire) e outros sócios da empresa viviam sugerindo a criação de um jornal de tipo político na A&C. Eurico tinha um nome de código para o projeto: *Le Mondinho*, lembrando o *Le Monde* e o *Bondinho*. Já no caso da empresa falei do projeto a Narciso Kalil, também ex-repórter de *Realidade* e diretor de A&C: "Um jornal político? É uma ideia!" disse ele. De certa forma, o *Le Mondinho* iria se chamar *Opinião*.

A A&C desapareceu depois de esforços comerciais desaperados, e no final de 1971 um grupo de editores e ex-editores de revista estavam reunidos em torno do "boneco" (em linguagem jornalística, modelo gráfico) de *Assunto*, uma publicação independente, a ser financiada em parte por seus editores. No grupo estavam quatro dos futuros editores de Movimento: Elifas Andreato, editor de arte da Abril Cultural, Dirceu Brissola, editor assistente de *Veja* no setor de política nacional, Antonio Carlos Ferreira (Tonico) jornalista e arquiteto, e eu.

*Assunto* nunca deixou de ser um "boneco". Revendo esses projetos distantes contudo, *Assunto* me parece importante, porque mostra a continuidade de todos os projetos, a preocupação que se tornara constante entre um grupo de jornalistas de São Paulo - a mesma que sempre se repetira entre outros jornalistas, em diferentes épocas e lugares - em fazer um jornal

**Um projeto de jornalismo independente, que passa por vários jornais, e chega a uma equipe de 70 redatores, cerca de duzentos acionistas, entre os quais mais de 100 jornalistas. Um jornal dirigido por um conselho eleito pela redação, propondo-se a narrar e comentar os acontecimentos da semana, descrever a cena brasileira e as condições de vida das massas. A história da criação de Movimento, um jornal democrático.**  
Por Raimundo Rodrigues Pereira.

independente. E a convicção de que isso não se faria nos quadros das grandes empresas jornalísticas existentes, afeitas a grandes interesses econômicos, defensoras interessadas de um modelo de desenvolvimento baseado nas grandes empresas como elas e seus anunciantes.

**Sentia-se um certo cansaço daquele tipo de jornalismo e se acreditava que a tarefa do jornalista não é apenas a de descrever o mundo mas de ajudá-lo a transformá-lo**

*Opinião* chegou até o grupo de *Assunto* através de Bernardo Kucinski, outro dos atuais editores de Movimento, que na época estava em Londres. Em Londres, Bernardo conheceu Fernando Gasparian - industrial ligado aos altos círculos intelectuais do país, ex-membro do Conselho Nacional de Economia, autor de um livro em defesa da economia nacional - e soube de seu interesse em lançar um jornal no Brasil. Bernardo se formara na Faculdade de Física, da Universidade de São Paulo. Em 1970 tinhamos saído ao mesmo tempo de *Veja*. Eu havia sido editor de política e deixara a seção quando a revista se sentira obrigada a publicar, não na seção de cartas como seria o certo, mas sim com matéria normal da seção de política, a carta de um ministro que se julgava injustiçado como uma reportagem da revista. Bernardo me indicou para editor de *Opinião*, que era então uma espécie de *New Statesman* brasileiro na cabeça de Fernando Gasparian; o grupo que pensava em *Assunto*, viu no convite uma boa oportunidade.

O sentimento geral do grupo, se é que consigo expressá-lo, era mais ou menos o seguinte: sentia-se um certo cansaço do jornalismo da grande empresa; acreditava-se que a tarefa do jornalista não é apenas a de descrever o mundo, mas de ajudá-lo a transformá-lo; e que as grandes empresas jornalísticas tinham, quase todas, se acomodado a uma situação de censura progressiva que vinha asfixiando a imprensa brasileira há algum tempo.

O projeto de *Opinião* se atraindo um mês porque nós insistíamos, como era nosso objetivo de longa data, em ter uma forma de assegurar a presença da redação em todas as decisões. Se queria ter pelo menos 49% das ações da empresa. Além do mais porque se iria ajudar a criar a empresa, trabalhar por salários baixos, salários compatíveis com uma imprensa pobre, independentemente do poder econômico, que perde quase que 80% de seus possíveis receitas, as de publicidade, por ser discriminada pelos anunciantes.

Gasparian disse que não acreditava na possibilidade de sobrevivência de uma empresa que tivesse como donos muitos jornalistas. Garantiu que o fato de ele ter a propriedade jurídica de *Opinião* não significava que quisesse ter um jornal em que fosse dono das ideias do jornal. Concordeu em fazer *Opinião* como um jornal que fosse propriedade intelectual de todos que o fizessem. Mas queria ter toda a propriedade jurídica.

O grupo de *Assunto* julgou que aquelas declarações não eram suficientes. Passou um mês procurando nova forma de capitalizar seu projeto. Não conseguiu; então tornou a procurar Gasparian. O propósito era o seguinte e fora decidido em reunião pelo grupo: fazer *Opinião* nas bases propostas, para formar uma equipe e adquirir experiência até onde fosse possível. Depois, se a experiência fosse interrompida - uma possibilidade que já se antevia pelo fato de a redação não ter nenhum mecanismo final de controle sobre o jornal - prosseguir com o projeto de ter uma empresa jornalística onde as pessoas que escrevessem, de fato e de direito, ou seja, também juridicamente, tivessem poder de decisão para garantir a observação de suas ideias.

E curioso que, nessa altura, não se tinha noção de que o propósito de participar da direção da empresa e da sua propriedade fosse uma experiência tão comum em alguns países (veja o artigo na página 7, *O poder dos jornalistas*). Se sabia vagamente da experiência do *Le Monde*, que era um jornal dos jornalistas que o faziam, mas se pensava que ela fosse uma exceção.

Durante os 121 números em que a equipe de jornalistas que se organizou em torno daqueles editores do projeto de *Assunto* esteve em *Opinião*, os termos do acordo com Fernando Gasparian foram cumpridos: o dono do jornal não foi simultaneamente o dono das suas ideias mas concordou, ele também, em submeter à discussão da redação, suas ideias e editoriais.

No dia 25 de fevereiro fui afastado da direção de *Opinião* por decisão pessoal de Fernando Gasparian. Ele não consultou a equipe, e assim - no entender de toda a redação - violou a prática democrática de decisão.

**Naquele momento, julgava a redação, as práticas democráticas de decisão deveriam ser fortalecidas e não abandonadas.**

sões que julgávamos fundamental para a manutenção das características do jornal. Era como se, num projeto que pertencia de fato a várias pessoas, uma das partes tomasse uma decisão fundamental unilateralmente. Essa parte assumia um poder político hegemônico em detrimento das outras. A redação que havia conquistado o direito de, em termos mais simples, mandar no jornal, se sentiu - a meu ver, muito justamente - golpeada. Outro fator que inquietava a redação era o fato de a substituição do editor se dar num momento da conjuntura política nacional particularmente delicada, com realinhamentos de várias correntes políticas, em que as forças democráticas se viam ameaçadas e seduzidas. Naquele momento, julgava a redação, as práticas democráticas de decisão deveriam ser fortalecidas e não abandonadas.

As discussões com Gasparian se prolongaram ao longo de vários dias. Ele insistia que a demissão do editor se devia a razões puramente pessoais, a uma espécie de incompatibilidade de gênios entre eu e ele, algo como um casamento que não funcionava mais embora o marido, a mulher e os filhos continuassem perfeitos. A equipe insistia no aspecto político de sua decisão, ela afastava de uma redação que conquistara o direito de também mandar no jornal, o acesso a uma decisão fundamental.

A possibilidade de se transformar a crise em um acontecimento criativo para o país surgiu quando nós decidimos a

fazer Movimento e, além disso, quando a maioria da equipe se convenceu de que, a despeito de considerar que o dono do jornal tinha tomado uma decisão fundamentalmente errada, se devia lutar por *Opinião*, ajudando-o a conservar princípios duramente conquistados. E, evidentemente, uma tarefa difi-

**Se uma cocaina incomoda no momento que atravessamos a rua é certo ir depressa para a calçada e só então se coçar.**

cil; em resumo, é como se um bloco que estivesse unido para fazer uma tarefa, numa frente, depois de brigar e se desunir, tivesse de se juntar de novo, de outra forma, em dois pedaços coordenados e para fazer não uma, mas duas tarefas, em dois lugares, a segunda tarefa sendo pelo menos tão difícil quanto a primeira.

Os rumores nascidos com a crise embaralhavam extraordinariamente as discussões. Havia dois textos básicos de explicação dos acontecimentos, mas que não saciavam a curiosidade dos interessados: o do Fernando Gasparian, publicado em *Opinião*, uma nota curta falando da saída da equipe, e o da redação, redigido pela equipe e lido na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio. Como a redação explicava a saída em termos políticos, e o Fernando em termos pessoais, mais especialmente das minhas características pessoais, havia rumores desses dois textos.

Acredito que os rumores fazem tanta parte da crise como a fumaça do fogo. Se o ambiente cultural e político brasileiro fosse mais livre e aberto, a polémica em torno da crise de *Opinião* deveria ser criativa e aberta; mesmo os rumores talvez pudessem ser esclarecidos e discutidos. Atualmente, porém, muitas divergências se calam diante de inimigos mais poderosos. Se uma cocaina incomoda no momento em que atravessamos a rua e um carro avança, é certo ir depressa para a calçada e só então se coçar. Na hierarquia dos problemas que assolam ou irão assolar Movimento, perder tempo nas minúcias de um dos sete incidentes pessoais a que alguns atribuem a saída da primeira redação de *Opinião*, seria como se coçar prioritariamente antes de ser atropelado. O essencial da crise de *Opinião* está portanto, neste relato, que relega propostamente a um terceiro plano a análise de intenções e das personalidades.

A discussão seguinte é a mais importante: se tinha havido unidade para sair de *Opinião* havia unidade para se ir em frente? Para onde? Como?

A saída de *Opinião* havia desgastado internamente a redação porque nem todos concordavam com a recomposição e a

continua na pag. 6

## O Conselho Editorial: nove personalidades democráticas

Uma das principais preocupações de *Movimento* foi escolher um conjunto de nomes representativos da política e cultura brasileira. Eles se reunirão para debater a nossa linha editorial.

*Movimento* terá um Conselho Editorial composto por nove personalidades democráticas, cujas posições são representativas das preocupações gerais do jornal. Entre as funções do Conselho está a de, juntamente com o Conselho de Redação, escolher o editor de *Movimento*, a cada início de ano, ou substituí-lo a qualquer época, de acordo com os regulamentos do jornal, se houver necessidade. Este Conselho deve também discutir e analisar a linha editorial de *Movimento* e verificar a sua aplicação prática pelos editores. Dos membros do Conselho, sete já estão definidos e são os seguintes:

**Edgar de Godói da Mata Machado** — Mineiro, 62 anos, foi professor universitário, secretário de Estado e deputado. Em 1947, Milton Campos nomeou-o para a chefia de Gabinete do governo de Minas. Posteriormente ele foi secretário da Fazenda, do Trabalho e Cultura Popular. Escreveu *Elementos de Teoria Geral do Direito*, em 1972, e anuncia *Memorial de Ideias Políticas*. Traduziu *Diário de um Pároco de Aldeia*, de George Bernanos e obras de Jacques Maritain. Deputado federal, teve o mandato cassado em 1969 e também deixou a Universidade.

**Francisco Buarque de Hollanda** — Aos 32 anos, Chico Buarque é sobretudo um compositor de músicas inéditas. Mas são muito conhecidas *Construção*, *Apesar de Você*, *A Banda*, *Pedro Pedreiro*. Em 1968 surpreendeu com a peça *Roda Viva*, experiência que tentou reeditar com *Calabar*, escrita de parceria com Ruy Guerra. Além de compor trilhas sonoras de filmes e gravar músicas de outros autores, Chico Buarque dedica-se atualmente à literatura — em 1974 escreveu *Fazenda Modelo*.

**Hermilo Borba Carvalho Filho** — 58 anos, romancista, teatrólogo, folclorista, professor universitário, Hermilo Borba Filho foi um dos fundadores do Teatro Popular do Nordeste. Jornalista, escreveu no *Correio da Manhã* e em jornais de Pernambuco. Sua obra literária inclui, além de peças, ensaios sobre o teatro e folclore, vários romances, entre eles



Orlando Villas-Boas



Edgar da Mata Machado

**Agá, O General Está Pintando** e o conjunto de quatro obras denominado *Memórias de um Cavaleiro da Decadência*.

**José de Alencar Furtado** — Cearense de Araripe, advogado, começou a carreira política no Paraná, em 1965, onde foi deputado estadual. Atualmente, aos 49 anos, é o 2º vice-presidente da Câmara Federal (MDB) e preside a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a atuação das empresas multinacionais no Brasil.

**Fernando Henrique Cardoso** — Sociólogo e economista, é um dos diretores do Cebrap — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. Autor de vários ensaios, incluídos *O Modelo Político Brasileiro e Autoritarismo e Democracia*, trabalhou na Comissão Econômica para a América Latina, organismo das Nações Unidas. Deu cursos em universidades estrangeiras e lecionou na Universidade de São Paulo.

**Orlando Villas-Boas** — Administrador do Parque Nacional do Xingu, sertanista, etnólogo e escritor. Em 1943, integrou a Expedição Roncador — Xingu, que penetrou no Centro-Oeste, onde demarcou o centro geográfico do Brasil, construiu



Alencar Furtado



Audálio Dantas



Chico Buarque

estradas e aeroportos, e ficou, para sempre, ao lado dos índios. Paulista de Santa Cruz do Rio Pardo, onde nasceu há 56 anos, é cotado para o Prêmio Nobel da Paz, ao lado de seu irmão Cláudio, por sugestão de entidades europeias.

**Audálio Dantas** — Jornalista, alagoano, 45 anos, começou como fotógrafo da *Folha de São Paulo*, onde chegou a chefe de reportagem. Em 1959, assumiu a redação de *O Cruzeiro* em São Paulo, passando depois para *Quatro Rodas*, da qual foi redator-chefe. Posteriormente, foi um dos editores da revista *Realidade*, mas preferiu deixar este cargo pela reportagem. Depois de dirigir durante três meses a sucursal da *Editora Bloch* em São Paulo, voltou à *Realidade*, onde é novamente editor. Preside o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, eleito pela oposição.

Mais duas personalidades, uma do Rio Grande do Sul e outra de São Paulo, serão convidadas para integrar o Conselho Editorial.



Fernando Henrique Cardoso



Herm. o Borba Filho

## Conselho de redação: a propriedade para quem faz o jornal

Doze pessoas formam o primeiro Conselho de Redação de *Movimento*, que representará toda a sua redação e colaboradores. Provisoriamente, o Conselho de Redação ficará com 51% das ações de *Edição S/A*. Posteriormente, as ações serão redistribuídas na redação, de acordo com as fórmulas que ainda estão sendo estudadas, passando o jornal a ser, efetivamente, propriedade dos que o fazem. Durante o funcionamento normal de *Movimento*, o Conselho assessorará e aconselhará o editor. Com o Conselho Editorial, debaterá e aprovará a linha do jornal e, em reunião conjunta, ambos poderão tomar outras decisões quanto ao funcionamento e à edição do jornal. Este primeiro Conselho de Redação é provisório; o efetivo deverá ser eleito pelos colaboradores e por toda a redação, que ainda não está completamente constituída.

**Aguinaldo Silva** — Pernambucano, 31 anos, começou na imprensa em 1962. No Rio, desde 1969, trabalha em *O Globo*, onde é subeditor de assuntos locais. Tem seis livros publicados, entre eles *Redenção para Job*, *Cristo Partido ao Meio* e *Geografia do Ventre*. Prepara agora a *República dos Assassinos*, sobre o ex-policia Marciel Mariscot.

**Antonio Carlos Ferreira** — Paulista, 27 anos, arquiteto, jornalista. Foi secretário de redação da edição especial de *Realidade* — "Nossas Cidades". Editor executivo de *Opinião*, terá o mesmo cargo em *Movimento*.

**Bernardo Kucinski** — Paulista, 37 anos, físico, produtor da BBC de Londres. Foi correspondente da *Gazeta Mercantil* e *Opinião* em Londres, editor da *Gazeta Mercantil* e agora é editor especial de *Movimento*.

**Elifas Andreato** — Paranaense, 25 anos, foi chefe de arte da Abril Cultural, editor de arte de *Opinião*, da revista *Argumento* e

## Objetivos de Movimento:

- \* apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana;
- \* descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira;
- \* acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas;
- \* pela melhoria da qualidade de vida da população;
- \* contra a exploração do país por interesses estrangeiros;
- \* pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo;
- \* pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração planejada em benefício da coletividade.

agora é editor de arte de *Movimento*.

**Fernando Peixoto** — Ator, diretor de teatro, escritor e jornalista; escreveu *Brecht, vida e obra*, dirigiu, entre outras peças, *Um Grito parado no ar*, *Calabar*, *Caminho de Volta*. Será editor de cultura de *Movimento*.

**Francisco de Oliveira** — O sociólogo pernambucano Chico de Oliveira já foi desde funcionário da Lambretta do Brasil S/A, até superintendente substituído da Sudene — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Trabalhou para a ONU e para diversas organizações latino-americanas; trabalha atualmente para o Cebrap. Escreveu na *Revista Civilização Brasileira* e colaborou frequentemente em *Opinião*.

**Francisco Pinto** — Baiano, ex-prefeito de Feira de Santana, ex-deputado federal, advogado, foi convidado pelos 11 integrantes iniciais do Conselho para a sucursal de Brasília de *Movimento* e integrará o seu primeiro Conselho de Redação.

**Jean Claude Bernardet** — Naturalizado brasileiro, 39 anos, crítico e roteirista de cinema, jornalista, ex-professor universitário em Brasília e São Paulo, colaborou nas revistas *Brasiliense*, *Civilização Brasileira*, *Temps Modernes*, *Argumento* e em *Opinião*.

**Marcos Gomes** — Mineiro, 29 anos, começou no jornalismo fazendo crítica literária. Em *Opinião* foi editor de economia, função que continuava exercendo em *Movimento*.

**Maurício Azevedo** — Jornalista desde 1958, passou pelas mais importantes publicações nacionais. Atualmente está na sucursal carioca de *O Estado de S. Paulo*. Participa da diretoria da Associação Brasileira de Imprensa.

**Raimundo Rodrigues Pereira** — Pernambucano, 34 anos, ex-editor de *Veja* e *Opinião*, será editor de *Movimento*.

**Teodomiro Braga** — Mineiro, 22 anos, foi lançado no jornalismo por *Opinião* como correspondente em Belo Horizonte. Será editor-assistente de *Movimento* em Brasília.



# edição s.a.

## Quanto custa um jornal

COMO ESTÁ SENDO GASTO O 1 MILHÃO DE CRUZEIROS DE EDIÇÃO S.A.

em cruzeiros

<b>Bens adquiridos:</b>	
Móveis e utensílios	69.000,00
Linhas telefônicas	72.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>141.000,00</b>
<b>Despesas efetuadas ou a efetuar antes da entrada do jornal em operação:</b>	
Aluguéis	16.400,00
Impressos	8.750,00
Despesas telefônicas	11.500,00
Compra de publicações	10.000,00
Material de escritório	4.000,00
Viagens	17.000,00
Reformas	10.000,00
Salários e encargos sociais	188.330,00
Campanha de lançamento	100.000,00
Outros	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>375.980,00</b>
<b>Capital de giro e para imprevistos</b>	<b>483.020,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.000.000,00</b>

Movimento será feito pela empresa Edição S.A., que tem capital autorizado de 1 milhão de cruzeiros. Esse dinheiro está sendo obtido com a venda de ações, 51% das ações já vendidas estão com o Conselho de Redação de Movimento, por doação dos acionistas.

selho editorial, a quem se delegaria poderes de participar da escolha do editor de Movimento (O Conselho, seus poderes e os objetivos do jornal estão na página 5).

A última, e não a menor das decisões, foi a do funcionamento interno da redação. Havia unanimidade quanto ao fato de que eu deveria ser o editor de Movimento. Havia ainda unanimidade até de que o editor geral do jornal poderia escolher os editores e nomear e demitir os funcionários da redação, só respondendo à posteriori perante um Conselho da Redação, pelos abusos cometidos. O jornal deveria ter ainda formas concretas de garantir que uma demissão dentro da empresa não se transformasse numa fonte de crises que destruísse a sua viabilidade. (Por exemplo, que uma reunião extraordinária do Conselho de Redação com vis-

tas a destituir o editor só pudesse ser convocada por 2/3 de seus membros, como em muitas assembleias de organizações políticas e sociais).

Como se vê, havia uma unanimidade extraordinária dentro da equipe. Ela permitia confiar a uma pessoa — se bem que por um tempo determinado, já que o editor é eleito — uma soma incrível de poderes. Porém, num ponto havia discordância clara: um grupo queria que o editor não pudesse ler as matérias das várias editorias antes de elas serem publicadas; cada editor, deveria poder editar livremente sua seção, só respondendo à posteriori diante do editor. Outro grupo achava que o jornal deveria ser mais centralizado: o editor deveria poder ler e vetar, se julgasse necessário, as matérias dos vários editores de seção antes de elas serem publicadas. Seus

### A CAMPANHA DO MILHÃO

Edição S.A., a editora que faz Movimento, já vendeu 705 mil cruzeiros de ações. Cerca de 160 pessoas — individualmente, na grande maioria dos casos, ou em grupo — compraram cotas de 5 mil cruzeiros, pagando até em 10 meses. A campanha do jornal para subreverter 1 milhão de cruzeiros em ações continua, embora o prazo para pagamento das cotas tenha sido reduzido para no máximo 5 meses. Os interessados podem procurar qualquer das pessoas que fazem parte da equipe (ver na página 3); escrever para Movimento, rua dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, telefone 211.4038, São Paulo; 226.0625, Rio de Janeiro; ou 23.7416, Brasília.

continuação da página 4

pacificação que se fizera após o rompimento. Além disso, dois anos e meio de trabalho em ritmo acelerado tinham gerado descontentamentos internos e desenvolvimento divergências, muitas das quais não tinham sido resolvidas. Quando a idéia de fazer Movimento surgiu, imediatamente com ela surgiu o problema de ter de nomear uma comissão para fazer o projeto. Não se teria dinheiro para que toda a equipe ficasse mobilizada e a grande maioria teria de, pelo menos por algum tempo, ganhar a vida de outras formas. Quem seria essa comissão? Fernando Gasparian costumava dizer que se discutia demais em *Opinião* e, a certa altura, os fatos pareciam concordar com ele: a redação levou pelo menos uma semana até dar o primeiro passo que lhe permitia sair democraticamente de *Opinião* para Movimento — a nomeação de uma comissão que representasse todas as tendências dentro do jornal, e que tivesse poderes para decidir tudo, especialmente quem seria o editor-geral e como ele se relacionaria com os editores — questões centrais do poder dentro de uma redação.

Em *Opinião* trabalhavam como equipe — coordenadamente, com troca de informações e com planejamento — perto de sessenta pessoas. Na redação do Rio e nas sucursais, em regime praticamente de tempo integral, trabalhavam perto de 25 pessoas, incluindo as do arquivo e da revisão. Com os colaboradores semanais permanentes, esse número subia a 40. Com colaboradores realmente integrados à equipe como Fernando Henrique Cardoso, Paulo Singer, Chico de Oliveira, Bernardo Kucinski, Maurício Azevedo, Aguiinaldo Silva, Nelson Werneck Sodré, Aloysio Biondi, Jean-Claude Bernardet e Fernando Peixoto, se chegava a sessenta. Era impossível reunir essas seis dezenas de pessoas dispersas por todo país. A democracia plena, todos os cidadãos da comunidade reunidos numa praça, era pois impraticável.

Resolveu-se então, na redação do Rio, nomear uma comissão plenipotenciária de 16 pessoas. Nesse Conselho dos 16 é que foram resolvidas todas as divergências e definidos todos os princípios de Movimento.

Primeiro, foram aprovadas a pacificação e a recomposição com o diretor de *Opinião*, que se dispôs a ajudar a fazer Movimento, como um de seus muitos acionistas e que foi convidado para fazer parte de nosso Conselho Editorial. (Posteriormente, ele desistiu do convite). Com isso ficava esclarecido que a posição da equipe diante do novo *Opinião* seria a de críti-

cos interessados em que ele mantivesse as tradições e os princípios que tivera quando nós o fazíamos. Ficava também acertado com aquela votação que — como equipe — a antiga redação considerava um erro criar dificuldades adicionais para o novo jornal. Embora a equipe de jornalistas tivesse de sair, alguns ainda contribuiriam eventualmente com o jornal. Isso sem falar nos muitos intelectuais que não viviam os problemas da redação, mas que se dispunham a continuar com ela, e que também não abandonariam *Opinião*.

Se decidiu por unanimidade que a empresa que faria Movimento deveria ter a propriedade dividida entre as pessoas que o fizessem.

Segundo, se decidiu por unanimidade que a empresa que faria Movimento deveria ter sua propriedade dividida entre as pessoas que o fizessem. Sendo uma empresa brasileira, portanto sob uma legislação comercial já existente e que não se podia modificar, teria todas as limitações decorrentes disso. Além do mais, não se conhecia, sequer os termos exatos do contrato social do *Le Monde*, o primeiro exemplo de jornal de jornalistas de que se tinha notícia. Assim não se podia mais do que colocar a questão da propriedade social do jornal sob a forma de um princípio a ser atingido. Se deixava em aberto, para a comissão, a escolha dos passos concretos a dar nesse caminho.

(Posteriormente, Fernando Peixoto, que ia para a Europa por outros motivos profissionais, ficou encarregado de trazer os detalhes do contrato social do *Le Monde* e de outras publicações onde existissem Conselhos de Redação ou experiências semelhantes).

Terceiro, se decidiu por unanimidade que se pretendia um jornal mais popular e que, diante da impossibilidade de ser lido ou mesmo comprado amplamente, por exemplo, por trabalhadores sindicalizados, falasse de temas que pudessem interessar a esses trabalhadores e numa linguagem que pudesse ser entendida por eles, quando os artigos, de uma forma ou de outra, chegassem até eles. Isso decorreu numa preocupação de Movimento em descrever as condições de vida das massas, apresentar a cena brasileira, a gente brasileira.

Quarto, quanto à orientação política do jornal se aprovou por unanimidade também uma espécie de programa mínimo e uma lista de nomes para o Con-

abusos desse poder poderiam ser levantados diante de um Conselho de Redação que poderia destituir-lo, ordinariamente, numa reunião anual, ou extraordinariamente, numa reunião especialmente convocada.

Na votação final, o grupo que achava necessário um jornal mais centralizado teve sete dos treze votos presentes à reunião. Entre os seis que votaram contra a proposta cinco resolveram se afastar da comissão embora continuando a colaborar com o jornal. A comissão dos dezesseis ficou então com onze que constituem o primeiro Conselho de Redação de Movimento (Com o convite feito pelos onze ao ex-deputado Chico Pinto para a sucursal de Brasília do jornal, a Comissão ficou com doze pessoas — veja na página 5).

Se percebia que era preciso sair a praça para fazer Movimento e que estava muito distante o exemplo do crítico do New York Times.

O importante da crise e das discussões internas é que se chegou a um conjunto de regras claras, aceitas por todos após discussões amplas e democraticamente organizadas, que permitiam sair em busca de apoio material para fazer Movimento, o passo seguinte e não o menos difícil da caminhada.

No dia 10 de março, uma equipe de 4 integrantes do Conselho dos onze estava diante de uma questão pouco metafísica: como arrumar um milhão de cruzeiros, o capital inicial que se calculou necessário para fazer o jornal que a equipe queria?

Em meados de março, foi feita a primeira viagem para visitar as redações paulistas, de onde pareciam circular salários mensais de até dezenas de milhares de cruzeiros. Havia uma certa preocupação. É conhecida a história de um crítico do *The New York Times* que passara sua carreira querendo conhecer o teatrólogo Tennessee Williams e só o visitou quando se aposentou do jornal, por achar que o jornalista deve ficar distante de qualquer influência que possa afastá-lo de sua olímpica posição. Em toda a redação de *Opinião* não existia quem desse muito valor à idéia de que alguém pudesse fazer qualquer coisa de útil ao povo sentado num trono do Olimpo. Mesmo assim, é difícil deixar de ter uma certa admiração pelo crítico do *New York Times* e a idéia de pedir dinheiro para se fazer um jornal causa uma certa inibição. Afinal de contas, se poderia pensar, o jornalista não é como um vendedor de óleo de peixe para

curar dor de dente, destes que anunciam no meio da praça da cidadezinha do interior a briga do lagarto Leonardo com a cobra Filomena, enquanto prega as virtudes de sua medicina!

Na campanha de finanças de Movimento a primeira redação procurada foi a das revistas técnicas da *Editora Abril*, em São Paulo. José Elias, editor de *Transporte Moderno*, prêmio nacional de jornalismo como uma reportagem sobre reflorestamento, ajudou a vender as ações de Movimento com um bom humor e um entusiasmo que desarmou as preocupações. Explicando a cada pessoa que ele mobilizava com piadas e falsas ameaças como era o projeto de um jornal independente, dirigido por uma equipe de jornalistas, se percebia que era preciso sair a praça para fazer Movimento e que estava muito longe o exemplo do crítico do *New York Times*.

Não nos parecia que tínhamos condições de organizar uma campanha de arrecadação mais popular (a duzentos cruzeiros por pessoa, por exemplo, para se obter 1 milhão de cruzeiros se precisaria de 5 mil contribuintes e talvez de um ano para localizá-los). Se tinha pensado então em obter cerca de 100 mil cruzeiros entre as redações, outro tanto entre grupos de amigos, mas apoiar a campanha de finanças do jornal basicamente na venda de alguns bens que integrantes da equipe ou amigos possuíam. Contudo, a reunião na redação das técnicas da Abril era surpreendente: oito pessoas se dispunham a comprar cotas de 5 mil cruzeiros pagando no máximo em 10 meses!

Dessa e de duas ou três outras reuniões preliminares feitas entre grupos de profissionais liberais se chegou finalmente ao esquema de campanha para fazer Movimento: obter cerca de duas centenas de pessoas que comprassem cotas de 5 mil cruzeiros. De dezenas de reuniões feitas em redações, com grupos de professores, médicos, engenheiros, empresários, em São Paulo, Rio, Belo Horizonte e algumas outras cidades, o capital de Edição SA — a sociedade anônima que a redação criou para fazer o jornal — começou a surgir. No final de maio Edição tinha 160 acionistas, metade deles sendo jornalistas, e 705 mil cruzeiros, entre dinheiro e promissórias assinadas.

E o futuro? Como uma redação de 70 pessoas, um conselho editorial com nove personalidades e um grupo de (no final) pelo menos 200 acionistas, se entenderão para fazer um jornal independente, e muito mais que isso, de valor para o nosso país e seu povo? Bem, agora é preciso fazer o jornal. O movimento se demonstra andando, diria o filósofo.

Por uma imprensa independente; três observações:

# 1 — O poder dos jornalistas

A experiência de Movimento — os jornalistas mandarem na empresa que faz o jornal — não é nova, exótica ou vanguardista: o *Le Monde* funciona assim desde 1944.

Paris, 1944; ante o avanço final dos aliados, os nazistas deixam apressadamente a cidade. Em debandada fogem os traidores de todas as classes, entre eles os jornalistas que ostensivamente tinham se colocado ao lado do invasor contra o povo francês. Um dos jornais que ficara entregue a jornalistas desse tipo era o pequeno diário *Le Temps*. Para administrá-lo, depois de confiscado, o novo governo indicou nove pessoas que julgava com qualidades morais para criar um jornal independente. Um jornalista que se destacara por suas qualidades profissionais e coragem pessoal, Hubert-Beuve-Mery, ficou sendo seu diretor. O nome *Le Temps* foi trocado; o outro nome hoje é conhecido em qualquer país: *Le Monde*. Sete anos depois o *Le Monde* ainda era um jornal como



No *Der Spiegel*, um dos mais famosos semanários de informação do ocidente, depois de uma revolta na redação, a diretoria prometeu 50% das ações da empresa que faz a revista aos seus jornalistas.



O *Pasquim* pertence a cinco dos principais redatores que o fazem; *Argumento*, como *Debate & Crítica*, publicações de reflexão intelectual, não tem um "dono".



No semanário *Stern*, os jornalistas tem o direito de não escrever o que contradiga suas convicções e 2/3 dos votos de um conselho eleito anualmente com poderes de vetar o editor da revista.

de redação, não formalizado, que de fato tinha poder de aprovar até mesmo editoriais sugeridos pelo proprietário do jornal. Essa situação era sem dúvida insólita. O mais comum é uma situação oposta. É comum até mesmo o caso de o jornalista que escreve editoriais ter pensamento diverso do dono do jornal e ser pago para pesquisar e escrever o pensamento do proprietário, às vezes, a partir apenas de umas poucas referências sugeridas por ele.

Numa publicação que depende fundamentalmente do trabalho de análise, dos comentários e do talento de uma equipe, a maior parte dos recursos da empresa está nas mãos, ou melhor está na cabeça, dos redatores, ilustradores e colaboradores. As máquinas e os móveis da redação

qualquer outro; em 1951, porém, um incidente o transformou numa das mais interessantes e bem sucedidas experiências de imprensa. Nesse ano, dois dos nove proprietários se desentenderam e o incidente provocou a demissão de Beuve-Mery. A redação do *Monde* porém se rebelou contra a decisão. Os jornalistas julgavam que a direção havia traído os ideais democráticos da época da libertação. Invocavam o direito de serem consultados sobre decisões que afetassem o futuro e independência do jornal que haviam ajudado a construir e que, com seu trabalho rotineiro de investigação, de reportagem, de análise e rigor crítico, haviam transformado numa publicação respeitável. Unidos, os jornalistas ameaçaram a decisão coletiva, caso os nove proprietários não levassem em conta os pontos de vista de redação.

De certa forma, era uma crise comum, uma dessas típicas crises de conflito de interesses que ocorre entre o proprietário jurídico da publicação e sua redação, quando a publicação atinge certa reputação e influência. Embora não seja, no caso brasileiro especialmente, o principal tipo de problema que um jornal tem — a censura e a pressão econômica são sem dúvida os maiores inimigos da imprensa independente no Brasil — esse desentendimento é comum nas redações. Os jornalistas, depois de um certo tempo de trabalho, acabam se sentindo como "donos" da publicação, porque, na maioria das vezes, são eles os responsáveis pela sua qualidade e reputação perante os leitores.

No caso do *Monde*, em pouco tempo os diretores voltaram atrás: concordaram em doar 28% de suas ações à uma "Associação de Jornalistas, sem fins lucrativos", constituída por todos os jornalistas do *Le Monde*. Beuve-Mery foi mantido como diretor administrativo, com direito a contratar e demitir jornalistas, estabelecer políticas editoriais e

salários para a redação, mas podendo ser demitido pela Associação dos Jornalistas caso suas idéias não correspondessem mais ao consenso da redação. Com isso, a propriedade e controle do jornal começava a passar para os que efetivamente o faziam. Em 1968, a participação dos jornalistas foi aumentada para preservar o *Le Monde* como "uma sociedade não capitalista, do tipo da que foi criada na época da libertação mesmo depois do desaparecimento de seus fundadores". A Associação dos Jornalistas ficou com 40% e os diretores com 11% das ações. Com essa redistribuição, o staff editorial adquiriu o controle da empresa, impossibilitando qualquer tentativa de pessoas, grupos financeiros ou políticos de adquirir o controle acionário do *Le Monde*.

O sucesso da experiência do *Le Monde* se espalhou rapidamente pela França onde existem atualmente perto de 40 jornais e semanários com "corporações", "associações" ou "conselhos" formados pela redação que, em graus diversos participam do controle e delimitação da linha política do jornal e da empresa. Mesmo em jornais mais conservadores, como o *Le Figaro*, o mais antigo jornal francês, existe um sistema desse tipo. Há algum tempo, depois de uma greve — que durou 15 dias apoiada por toda a imprensa francesa e até mesmo em editorial pelo *Times* de Londres —, a redação obteve alguma participação na gestão do jornal, como o direito de vetar a escolha de presidente que considerem não estarem capacitados para manter a independência editorial do jornal. Ainda recentemente, o Conselho de Redação do *Figaro* vetou a venda do jornal a um antigo proprietário de uma rede de jornais do interior.

Na Alemanha, o movimento pela democratização da propriedade dos jornais se baseia numa lei antiga: a constituição de 1849 contém a ideia da codeterminação (*Mitbestimmung*) que estende a todos os empregados o direito de participação na gestão das empresas. Em 1969, mais de um século depois da sanção dessa constituição, os jornalistas do *Stern* invocaram esse direito quando a revista esteve ameaçada de ser vendida para um outro grupo editorial. Os integrantes da redação — que não pretendiam serem "vendidos como gado" julgavam que a venda iria destruir as características da revista. Sob ameaça de greve, os donos de *Stern* formaram um conselho, eleito anualmente pelos empregados. Com 2/3 dos votos, os jornalistas podem agora vetar as escolhas de editor-chefe e não são mais obrigados a escrever matérias contrárias às suas convicções. No semanário *Der Spiegel*, apesar de uma série de recuos no movimento pela democratização da propriedade (os líderes do Movimento foram demitidos pela diretoria) existe a promessa dos donos de que dentro de algum tempo os empregados participarão da propriedade, com 50% das ações. Lentamente, com alguns sacrifícios, mas sem sinais de retrocesso, a ideia ganha adeptos em vários países da Europa: os jornalistas do maior jornal italiano, o *Corriere della Sera* conquistaram recentemente o direito de serem consultados sobre assuntos administrativos.

Mesmo nos Estados Unidos, "um número reduzido, porém crescente de jornalistas", diz o editor de (*More*), publicação especializada em assuntos jornalísticos, "tem rejeitado a ideia de que o poder das decisões está somente com o proprietário e começam a reivindicar democracia nas redações".

No Brasil, o *Pasquim* é um exemplo de empresa jornalística onde os redatores principais (Jaguar Millor Henfil, Ziraldo, Paulo Francis) são também donos da empresa. Na antiga redação de *Opinião* (ver artigo da pag. 4 a 6) os editores e o editor geral do jornal formavam uma espécie de conselho

valem pouco em comparação com o patrimônio, digamos assim, intelectual da empresa. Se estiverem unidos, têm o controle da maior parte dos recursos da empresa. Não é por acaso que revistas de debates ou de equipes de intelectuais como *Temps Modernes*, *Argumento*, *Debate & Crítica* pertencem, ou a essas equipes ou a pessoas que se colocam claramente não como donos da publicação mas apenas como depositários de sua propriedade jurídica, em nome da equipe e dos princípios da publicação.

No caso do semanário *Movimento*, — uma equipe com cerca de 70 jornalistas e intelectuais, unidos em torno do princípio de independência e honestidade jornalística — a situação é a mesma. O grande patrimônio da empresa é evidentemente uma equipe unida e conhecida. E foi isso que permitiu mobilizar um capital de um milhão de cruzeiros em nome dela e ter 51% desse capital em nome da redação, graças às doações dos acionistas que confiam na equipe (ver página ao lado).

## O direito de defender suas próprias idéias

Mas o que significa tudo isso para o leitor e acionista desse tipo de publicação? Significa que o leitor não correrá o risco de ver mudar a orientação da publicação em que adquiriu confiança, não correrá o risco de ver sua qualidade alterada por decisões sejam comerciais ou pessoais. Não verá seu órgão de informação se converter num instrumento de poder econômico em detrimento da informação, porque a propriedade do jornal estará diluída entre muitas pessoas, sem um proprietário hegemônico. Significa que muitos jornalistas poderão obter em troca de suas colaborações algo que nem sempre obtém em seu emprego: o direito de defender suas próprias idéias.

## 3 — Sobre a censura

A bandeira de uma imprensa honesta e independente não se destroi facilmente

O que acontecerá com *Movimento* com relação à censura? Podemos afirmar 5 coisas:

1) Somos contra a censura porque ela impede a divulgação e a denúncia das violações dos direitos humanos, em qualquer área em que elas ocorram; porque, ocultando responsáveis por desmandos e arbitrariedades, ela incentiva a corrupção, a exploração econômica, a prepotência e institucionaliza a impunidade.

2) A equipe de *Movimento* trabalhou em *Opinião* por mais de dois anos submetida à censura; saber como ela atua é um dos dados que nos leva à certeza de que ela é pelo menos tão desgastante para quem a exerce como para quem a sofre.

3) A censura pode destruir um jornal de várias formas: ela ameaça seriamente a sobrevi-

vência das publicações financiadas apenas por seus leitores pois reduz a qualidade e portanto o interesse por elas. O *Pasquim* perdeu 75% de seus leitores e *Opinião* quase a metade.

4) Os ideais da imprensa honesta e independente não são destruídos facilmente. Eles estão associados aos profundos interesses das comunidades; os indivíduos isoladamente precisam de liberdade de expressão até mesmo para pensar corretamente. A história tem mostrado que a censura total só ocorreu em curtos espaços de tempo e que é impossível mantê-la indefinidamente.

5) Se o jornal de alguma forma for destruído não o será por ter sido desneste ou imprudente, nem por ter tentado ousar além de suas forças.

## 2 — O poder dos anunciantes

Movimento aceita e deseja a publicidade. Mas não quer em troca do silêncio

Geralmente de forma silenciosa, discreta e eficiente o poder econômico também restringe a liberdade de imprensa. A imprensa depende principalmente de duas fontes de receita: a venda em bancas e a publicidade. Na maioria das grandes publicações brasileiras, a primeira é tão pequena que não raramente o custo gráfico da publicação é superior ao que o leitor paga ao jornalista. Em publicações como "O Globo", "O Estado de São Paulo", "Veja", "Visão", "Jornal do Brasil", por exemplo, a publicidade é responsável normalmente por mais de 80% da receita. A essa dependência junta-se outra: um estudo feito no ano passado (publicado na Revista da Associação Brasileira de Imprensa nº1) mostra que do total de publicidade das grandes revistas de informação e análise brasileira, de circulação nacional, aproximadamente

70% é proveniente de empresas estrangeiras nacionais associadas a elas. O fato de ser o anunciante, e o anunciante estrangeiro, quem basicamente sustenta certas publicações faz com a política editorial de grandes órgãos de comunicação do país acabe sendo o coro de defesa de um modelo de desenvolvimento baseado na presença desses anunciantes.

Até agora, só uma solução tem se revelado eficaz para evitar essa pressão econômica: não depender da publicidade e renunciar alguns gastos que a publicidade faria proporcionar.

Isto talvez signifique papel de qualidade inferior, sem fotos coloridas, mas a experiência tem mostrado que a análise e a cobertura dos fatos não se alteram, até pelo contrário, só se beneficia em termos de independência política e econômica.

